

Questões de gênero na cobertura da covid-19 pela *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*

Gender issues in the COVID-19 coverage by the *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*

*Cláudia Lago*¹, *Cláudia Nonato*², *Evelyn Kazan*³

1 Docente e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), onde atua no Departamento de Comunicações e Artes e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). É coordenadora do AlterGen – Grupo de Pesquisa Alteridade e Gênero (ECA-USP). E-mail: claudia.lago07@usp.br.

2 Pós-doutoranda junto ao Departamento de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pesquisadora do Centro de Pesquisa Comunicação & Trabalho (CPCT/ECA-USP). E-mail: claudia.nonato@uol.com.br.

3 Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e pesquisadora do grupo AlterGen (ECA-USP). E-mail: evelynmkazan@gmail.com.

Resumo

Este artigo analisa a cobertura da pandemia de covid-19 feita pela *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, um arranjo jornalístico alternativo realizado por jovens jornalistas moradores(as) das periferias da cidade de São Paulo, que produz conteúdo direcionado a interesses das populações dessas áreas. A partir da metodologia do Global Media Monitoring Project (GMMP), analisamos se essa cobertura serve a uma perspectiva de gênero, uma vez que as mulheres formam os grupos mais vulneráveis frente à pandemia. Os resultados mostram que, apesar dos avanços, a cobertura ainda não tem um olhar consistente sobre as questões de gênero, reforçando a invisibilidade midiática das mulheres nas pautas jornalísticas, ao mesmo tempo evidenciando a violência simbólica a que mulheres são submetidas mesmo nas coberturas que buscam ser justas com grupos minoritários.

Palavras-chave

Periferias, pandemia de covid-19, mulheres, GMMP, Agência Mural de Jornalismo das Periferias

Abstract

This article analyzes the coverage of the COVID-19 pandemic carried out by *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, an alternative journalistic arrangement produced by young journalists residents of the outskirts of the city of São Paulo, who produce content directed to interests of these populations. Based on the methodology of the Global Media Monitoring Project (GMMP), we analyzed whether this coverage serves a gender perspective, since women form the most vulnerable groups in the face of the pandemic. The results show that, despite advances, the coverage still does not have a consistent look at gender issues, reinforcing the media invisibility of women in journalistic agendas, and evidencing the symbolic violence to which women are subjected even in coverage that purports to be fair to minority groups.

Keywords

Periphery, COVID-19 pandemic, women, GMMP, Agência Mural de Jornalismo das Periferias

As transformações no jornalismo causadas por mudanças na forma de produção e incorporação de tecnologias digitais podem ser vistas como razões para a precariedade das relações de trabalho no campo. No entanto, por outro lado, desencadearam o surgimento de novas formas de produção e compreensão da profissão. O jornalismo passou a ser produzido de diferentes maneiras, em busca de novos temas e públicos, estruturado em arranjos coletivos que valorizam formas horizontais de organização e defendem a necessidade de dar visibilidade a grupos que são geralmente excluídos das narrativas hegemônicas, ou são por elas enquadrados a partir de visões desfavoráveis, estereotipadas e/ou discriminatórias. Este processo constitui uma censura estrutural do campo a grupos minoritários e ancora-se em uma produção de violência simbólica.

A violência simbólica, conceituada especificamente por Pierre Bourdieu (1989) aponta para um processo de dominação

que se dá por meio da cultura e dos aparatos de produção de bens simbólicos, essenciais para garantir que a dominação seja reconhecida como legítima, atuando para que se imponha, sem que se perceba, as significações que se coadunam com os interesses dos dominantes. (LAGO, 2015, p. 738)

Neste sentido, percebemos, em práticas hegemônicas do campo jornalístico, o exercício de uma censura estrutural atrelada aos mecanismos da violência simbólica, entendida como a forma primeva da contemporaneidade de garantia do exercício do poder. Este processo se traduz na naturalização de ações, escolhas e percepções em todos os âmbitos da vida social, revelando certas concepções, legitimando-as e objetivando-as não como crenças, mas como verdades, ao mesmo tempo em que oblitera outras. Assim, no campo jornalístico, nota-se a naturalização de determinadas perspectivas que orientam práticas, como, por exemplo, a cobertura hegemônica voltada à periferia, que enquadra estes espaços quase que unicamente a partir da criminalidade e da carência.

Portanto, o jornalismo professado em boa parte desses novos arranjos defende, de certa forma, o retorno a um jornalismo comprometido com o interesse

público e a liberdade de expressão pensada em termos amplos, construindo-se de forma heterodoxa ao jornalismo hegemônico.

Quando nos referimos à liberdade de expressão em termos amplos, estamos apontando para uma concepção que busca escapar à aceitação do conceito de liberdade de expressão vinculada unicamente a um *poder dizer* que sofre coerções externas. Esta concepção aproxima a doxa douta, científica, da doxa do senso comum (BOURDIEU, 1989) e tem sido objeto de disputa narrativa entre diversos grupos que procuram configurar como liberdade de expressão o seu direito de expressar-se em detrimento do direito do outro⁴. Pensamos liberdade de expressão para além deste mecanismo, relacionando-a aos apagamentos naturalizados e que acabam por impedir ou, na melhor das hipóteses, dificultar (portanto, cercear) a possibilidade de expressão de determinados agentes. É neste sentido que apontamos o jornalismo professado nesses novos arranjos periféricos como experiências que ajudam a pensar o alargamento do conceito.

Este formato de jornalismo é possível devido à produção e difusão na web, incorporada por minorias sociais e grupos excluídos como oposição à forma como são representados e estereotipados na grande mídia. Esses grupos oferecem diferentes narrativas jornalísticas, novos pontos de vista sobre o mundo e, particularmente, apresentam outros(as) protagonistas. É a proposta do coletivo *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, formado por um grupo de jornalistas que produzem conteúdo online baseado na vida, experiência, desejos e pontos de vista de moradores(as) das periferias de São Paulo, onde vive a maior parte da população negra e de baixa renda da cidade.

O presente artigo analisa a produção da *Agência Mural* durante o período da pandemia de covid-19, especificamente entre os meses de abril e julho de 2020, indagando sobre temas e protagonistas, representações construídas sobre a população periférica e, principalmente, a presença e ausência de dimensões de gênero relacionadas

4 Este contexto é essencial para pensarmos o campo da discussão da liberdade de expressão contemporâneo, mas não poderemos desenvolvê-lo neste trabalho. Uma aproximação importante a esta discussão, com apontamento para inúmeras nuances, pode ser observada em *Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão no Século XXI*, produção coletiva do GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão da Intercom (SCABIN; LEITE, 2021).

ao momento pandêmico. Tal público é considerado particularmente vulnerável ao vírus, devido à dificuldade de acesso aos sistemas de saúde, predomínio em ocupações informais, impossibilidade de praticar o distanciamento social, falta de saneamento básico, além de outros fatores relacionados à pobreza e desigualdade social. Entre esses grupos, as mulheres são especialmente vulneráveis (BATTHYÁNY, 2020), com a pandemia amplificando problemas recorrentes, como a desigualdade na distribuição do trabalho assistencial, realizado mundialmente por mulheres a partir dos 15 anos de idade (COFFEY *et al.*, 2020) e a violência doméstica, a que estão cotidianamente sujeitas. Foram analisadas 55 notícias utilizando a metodologia do Global Media Monitoring Project (GMMP), que realiza, desde 1995, o maior mapeamento das relações de gênero na mídia jornalística em todo o mundo.

A partir de uma discussão sobre os novos arranjos alternativos, apresentamos o conceito de periferia, apontando para as possibilidades de produção jornalística neste espaço. Depois, discutimos a relação das mulheres com a pandemia e sua representação na mídia. Em seguida, apresentamos as notícias que compuseram o *corpus* deste estudo. Embora incorporem aspectos de raça e classe, trazendo as vozes de personagens normalmente invisíveis para a grande mídia e apontando um crescimento na presença das mulheres nas notícias, ainda não avançam significativamente no quadro das desigualdades de gênero, em certo sentido reproduzindo uma perspectiva masculinista (SILVA; MAROCCO, 2018) hegemônica na grande mídia. Ou seja, ainda se articula, embora tensionando, à censura estrutural do campo jornalístico que invisibiliza determinados segmentos sociais.

Periferias e os novos arranjos alternativos de jornalismo

As periferias são as regiões mais distantes do centro das principais cidades brasileiras, constituindo áreas que necessitam de serviços de educação, saúde e segurança. São o produto de uma distribuição desigual de recursos e do processo de urbanização e industrialização no Brasil, que criaram áreas marcadas por processos de exclusão. Isso acentua a pobreza e a escassez no ambiente urbano e agrava as diferenças regionais (ALMEIDA, 2013; PEREIRA, 2008).

As grandes cidades são, portanto, separadas em áreas territoriais nobres, com circulação de capital financeiro e cultural; e áreas mais distantes dos polos econômicos, as periferias, onde os indicadores sociais apontam para estagnação social e falta de acesso aos direitos básicos, como educação e saúde de qualidade, moradia digna, trabalho, deslocamento e condições de segurança (NASCIMENTO, 2010).

São Paulo, capital paulista e cidade mais rica do Brasil, exemplifica essa divisão. A expectativa de vida em um bairro nobre (Moema) é de 80 anos, enquanto em um bairro da periferia (Cidade Tiradentes) é de 57. A mortalidade infantil pode ser até vinte vezes maior em um bairro periférico do que em um bairro nobre. Embora a maioria da população brasileira seja negra (56%), o país é marcado pelo racismo, que impede pessoas negras de ocuparem lugares de poder e prestígio. Por conta dessas diferenças, a população periférica é majoritariamente negra⁵.

Desde a década de 1970, o deslocamento e aglomeração da população pobre nas bordas da cidade tem se intensificado (SANTOS, 1990), aumentando o número de residentes de áreas sem suporte do poder público. É a partir desse processo que o termo periferia passou a existir na sociedade (D'ANDREA, 2013). As periferias são lembradas em discursos que apontam esses territórios apenas como lugares negativos, repletos de violência, ignorados pelo Estado, ou apenas depositários da classe trabalhadora – um espaço a ser superado, noção muito prevalente no senso comum e na grande mídia. A definição estereotipada da periferia não inclui as complexidades específicas que esse lócus urbano possui e ignora a dinâmica e as necessidades peculiares das populações que ocupam esses espaços. Com o tempo, especialmente pela ação dos sujeitos que ali vivem, as periferias passaram a designar não apenas os espaços geográficos ao redor do centro, mas também um “lugar com suas próprias formas de relações de sociabilidade e modos de consumo e lazer, incluindo suas representações políticas” (FRÚGOLI JR., 2005, p. 142).

A ênfase na violência, na pobreza e nos discursos sobre esses locais não é mais o foco principal, e o significado do termo periferia agora inclui e reforça

5 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/10/21/idade-obitos-mapa-sao-paulo>. Acesso em: 20 nov. 2022.

“uma forma compartilhada de estar no mundo” (D’ANDREA, 2013, p. 45). Essas mudanças na compreensão do termo devem-se, principalmente, ao surgimento de coletivos culturais e artísticos formados principalmente por jovens residentes dessas áreas, que trazem outras referências e enfatizam e valorizam as experiências e imagens sobre a vida e a cultura das periferias. Isso consolidou uma identidade de comunidade entre seus habitantes, muitos dos quais já recuperaram e redefiniram o substantivo “periferia”.

É nesse contexto que jornalistas que nasceram e residem nessas regiões começam a se organizar em novos arranjos. Eles(as) estão mais abertos a esses projetos, pois as oportunidades tradicionais de emprego em redações de grandes empresas são raras. As vagas geralmente são ocupadas por profissionais do sexo masculino, de classe média e alta, em sua maioria brancos, que estudaram em escolas de prestígio. Os arranjos jornalísticos formados por jovens da periferia visam combater os quadros estereotipados e preocupam-se em ajudar e falar em nome das pessoas que habitam essas áreas, produzindo um jornalismo alternativo que fortaleça o local.

Para Camargo, Nonato e Pachi Filho (2020), a afirmação do vínculo com o território, com as origens de quem mora na periferia da cidade de São Paulo, é um fator que permite a fundadores(as) dessas iniciativas jornalísticas definir sua identidade profissional, constituindo um discurso que sustenta sua atividade. Apropriando-se da possibilidade de produção e difusão através da web, propõem outras formas de construção de narrativas jornalísticas, outros pontos de vista sobre o mundo narrado e, principalmente, outros protagonistas. É o que se propõe no coletivo conhecido como *Agência Mural de Jornalismo da Periferia*, objeto deste estudo, considerado um arranjo alternativo de jornalismo.

Esse conceito nasce a partir das transformações do jornalismo ocorridas nas últimas décadas. Por conta das mudanças nas formas de produção e na incorporação de tecnologias digitais relacionadas à precariedade das relações de trabalho (COHEN, 2015; MATTHEWS; ONYEMAOBI, 2020), a redação, forma dominante de emprego e organização do trabalho jornalístico (DEUZE; WITSCHGE, 2015), há muito tempo perdeu sua centralidade. Organizados dentro de uma rede, surgiram novos atores e modelos de

produção, expressando formas descentralizadas de organização em grandes redações, potencializadas pelos avanços tecnológicos que sinalizavam mudanças na forma como as informações são produzidas e consumidas (GROHMAN; ROXO; MARQUES, 2019).

Utilizando tecnologia, os profissionais têm a oportunidade de produzir e disseminar conteúdo de notícias nas redes sem necessidade de se associarem a grandes empresas de comunicação. Ao mesmo tempo, novas posições e funções se abriram fora dos limites das redações (FIGARO; NONATO; GROHMANN, 2013; MICK, 2015). Em busca de alternativas a grandes organizações de mídia, jornalistas têm aproveitado a comunicação digital para atuar em coletivos horizontalmente organizados (FIGARO; NONATO, 2017), conceituados como “arranjos econômicos alternativos” (NONATO; PACHI FILHO; FIGARO, 2018, p. 104). Ao contrário das iniciativas de jornalismo cidadão, esses indivíduos se identificam como jornalistas profissionais; são dedicados(as) e preferem trabalhar de forma independente, sem qualquer interferência de grandes empresas.

No entanto, mesmo dentro do universo de possibilidades alternativas de produção de notícias, com preocupações evidentes relativas a narrativas que tensionam os enquadramentos hegemônicos, especialmente voltadas para questões sociais, raciais e de gênero, podem subsistir enquadramentos que invisibilizam determinadas perspectivas, notadamente aquelas ligadas a gênero e sexualidade. Esta invisibilidade relaciona-se a uma censura estrutural, que especifica a ordem do que pode ser veiculado, do que é natural que assim o seja; portanto, da ordem das possibilidades e impossibilidades de simbolização, permanecendo presente mesmo em espaços que se constituem a partir do questionamento da hegemonia discursiva, caso de nossos arranjos alternativos periféricos⁶.

6 A ideia de censura sempre esteve articulada à alteração ou supressão de conteúdos, usando a lógica da proteção, censurar para “proteger” contra conteúdos nocivos à moralidade contingencial (RISSO; RAMOS, 2021). No entanto, nos unimos a pesquisadores(as) que ampliam esta perspectiva, olhando para novas formas de interdição, nuances censórias que se estabelecem não apenas pelo barrar, mas também pelo não dizer. É nesse sentido que enquadrámos este trabalho. Apesar de nos atermos a formulações de Pierre Bourdieu (1989) sobre a constituição da doxa, do que é dito e da obliteração de outras possibilidades, este caminho é trilhado sob lógicas distintas por diversos(as) outros(as) autores(as), de onde se destaca a proposição de Michel Foucault (2019). Importante observar, contudo, que a perspectiva que abraçamos, apesar de poder dialogar com a noção de interditos dentro das possibilidades do discurso de Foucault, prende-se a uma concepção sociológica a ser vista de forma empírica nos objetos estudados, trazendo para uma visão mais específica de certos constrangimentos e reforços a serem percebidos na constituição de campos determinados, segundo a construção dos(as) pesquisadores(as).

A Agência Mural e a cobertura durante a pandemia de covid-19

A *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* foi criada em 2010, inicialmente, como um blog (*Mural*), apresentado no portal *Folha de S. Paulo*, um dos mais importantes jornais do país. Era um espaço voltado a “minimizar as lacunas na informação” e ajudar a desconstruir os estereótipos sobre as periferias. O blog era escrito por jovens jornalistas que viviam nas periferias e apresentava conteúdo exclusivo produzido por comunicadores(as) que também residiam nas periferias e relatavam fatos, experiências, pontos de vista e ações tomadas por esses territórios, tudo sob a perspectiva dos(as) habitantes.

O site da *Agência Mural de Jornalismo das Periferias* foi lançado em novembro de 2015. Em 2018, a página cresceu e se tornou uma agência de notícias e um portal contendo notícias impressas e audiovisuais. Foi oficialmente registrada como uma empresa e começou a receber financiamento da Open Society Foundation. A partir daí, o coletivo cresceu, e compôs-se de cinco funcionários(as) e dez correspondentes fixos(as). Hoje, a estrutura tem cinco gestores(as), uma redação fixa com quinze repórteres e setenta “muralistas”, ou correspondentes locais, “especialistas em suas regiões que realizam jornalismo de boa qualidade para contar as histórias que ninguém mais contará”⁷.

Segundo Caroline Santos (2020), a agência está atualmente organizada por meio de um comitê editorial que incorpora as diretrizes e demandas que muralistas trazem dos bairros, recebendo sugestões e orientando correspondentes até que a publicação seja concluída. Além dos(as) profissionais de linha de frente, conta com um mentor e um conselho consultivo, composto por profissionais de grandes empresas de mídia, organizações não governamentais e academia. Esse formato, na verdade, diferencia a *Agência Mural* de outros arranjos do mesmo segmento e, ao mesmo tempo, aproxima-a do modelo de grandes empresas de comunicação, tornando-a mais capaz e equipada financeiramente do que congêneres.

7 Disponível em: <https://bit.ly/3gmC77c>. Acesso em: 21 nov. 2022.

Devido à variedade de sua cobertura sobre a pandemia em 2020 (textos, vídeos, imagens e podcasts), a *Agência Mural* teve um aumento significativo em seu número de audiência. Foram 413.507 visualizações de páginas em 2019, que atingiram 1.640.021 visualizações em 2020. Além disso, foram 808.800 visualizações no Twitter em 2019, número que aumentou significativamente para 17.112.20 visualizações em 2020. Estes dados⁸ demonstram a importância deste veículo de mídia em particular para aqueles que estão procurando informações locais sobre as periferias.

A cobertura da pandemia se concentrou em uma seção especial composta por notícias e podcasts. O conteúdo (além de abordar questões de interesse específico para as populações periféricas, exigir ações e criticar o abandono do poder público) teve como foco o combate à desinformação, o suporte e a informação sobre grupos de apoio às partes mais vulneráveis da comunidade.

As mulheres durante a pandemia

A pandemia de covid-19 atingiu em cheio um mundo conectado como nunca, marcado pelo aumento da desigualdade e da concentração de renda em pequenos grupos (UNDESA, 2020)⁹. A concentração de renda, aliada a um discurso que defende cortes globais e locais nas políticas sociais sobre saúde, educação, seguridade social e cortes salariais, faz parte da razão pela qual em “muitos países, os serviços públicos de saúde estavam mais preparados para enfrentar a pandemia há dez ou vinte anos do que são hoje” (SANTOS, B., 2020).

A pandemia aumentou e aprofundou as desigualdades existentes, afetando particularmente trabalhadores informais, populações sem teto, grupos vulneráveis, populações encarceradas ou pessoas em campos de refugiados (SANTOS, B., 2020). No Brasil, afetou um número significativo de habitantes nas periferias que têm pouco ou nenhum acesso a serviços públicos, incluindo a saúde.

8 Informação concedida pela Agência Mural às autoras em 20 de dezembro de 2020.

9 Desde 2015, 1% da população mais rica do mundo concentrou mais recursos do que o resto do mundo e os oito homens mais ricos têm mais riqueza do que metade das pessoas do planeta (HARDOON, 2017).

A pandemia de covid-19 e as medidas tomadas para combatê-la (isolamento social endossado pela Organização Mundial da Saúde – OMS) lançaram luz sobre as segregações que experienciamos diariamente. A ideia de isolamento pressupõe a possibilidade de que todos seriam capazes de se isolar, “e isso dividiu o mundo em grupos que tinham os meios financeiros e a subsistência para o isolamento e o fizeram, e grupos que poderiam se isolar, mas se recusaram a fazê-lo porque não acreditavam em sacrificar a economia para salvar vidas (por acreditarem que suas vidas não estavam em jogo)” (LAGO *et al.*, 2020, p. 98) ou não aceitavam a ciência (particularmente em países como Estados Unidos e Brasil, para citar alguns), e grupos que, mesmo querendo se isolar, não poderiam fazê-lo, como a maioria dos(as) moradores(as) nas periferias.

O grupo submetido direta e profundamente aos piores efeitos da pandemia foram as mulheres que, devido às desigualdades de gênero, são geralmente mais vulneráveis a crises. A natureza específica da crise da covid-19 ampliou a vulnerabilidade devido à perda de empregos (as mulheres são diretamente afetadas pelo trabalho informal em todo o mundo), à tensão associada ao aumento do trabalho assistencial (especialmente por causa do fechamento escolar), ao aumento das taxas de violência doméstica contra mulheres e meninas e ao feminicídio (LAGO *et al.*, 2020).

O GMMP (2020)¹⁰ identificou, em uma pesquisa, a sub-representação das mulheres nas notícias: apenas 25% das pessoas ouvidas ou lidas no noticiário são do sexo feminino. Ainda segundo o relatório, no ritmo atual, levará 67 anos para se conseguir a equidade de gênero nos meios de comunicação hegemônicos. A cobertura jornalística da pandemia apresentou um enfoque de gênero bastante deficiente, o que corrobora o estudo sobre o assunto em seis países – Inglaterra, Quênia, Estados Unidos, África do Sul, Nigéria e Índia (KASSOVA, 2020) –, que indicou que as mulheres estavam sendo sub-representadas na cobertura pandêmica mais do que na cobertura tradicional.

O estudo do GMMP, que focaliza não apenas quantas mulheres estão representadas nas notícias, mas também *como* elas são representadas, analisou

10 A metodologia utilizada pelo projeto, adaptada para este artigo, encontra-se no site <https://whomakesthenews.org/>.

dados associados a três indicadores de desigualdade de gênero: mulheres como fontes especializadas nas notícias; histórias com mulheres como protagonistas; e se a cobertura discute a questão da igualdade de gênero. Os resultados corroboram a existência de um viés masculinista (SILVA; MAROCCO, 2018) na grande maioria da cobertura, que invisibiliza tudo o que diz respeito às especificidades para as mulheres, incluindo questões de saúde, violência, comprometimento psicológico e acúmulo de funções de cuidado, mostrando que as mulheres têm “influência limitada sobre o enquadramento da crise nas notícias e, conseqüentemente, influência limitada sobre os rumos da formulação de políticas” (KASSOVA, 2020, p. 10).

Os resultados da pesquisa apontam para uma predominância masculina, seja nas citações (três a cinco vezes maior), nas fontes (porque mulheres são mais requisitadas para contar as experiências pessoais que para opinar como especialistas) ou no protagonismo (em que apenas uma em cada quatro (23%) personagens é do sexo feminino). Ou seja, há equidade de gênero mínima na cobertura jornalística. Além disso, os quadros que apontam para as necessidades das mulheres estão restritos a nichos específicos que lidam com questões humanitárias e cooperativas, fato que dificulta a percepção dos desafios únicos colocados às mulheres. O estudo demonstra ainda que a pandemia de covid-19 trouxe um crescimento do enquadramento de guerra do noticiário sobre o flagelo, reforçando a ausência das mulheres e o imaginário de que os homens estão mais bem equipados para lidar com a crise (KASSOVA, 2020).

Metodologia

Para analisar o material coletado na seção especial *Covid na Periferia* da Agência Mural de Jornalismo das Periferias, utilizou-se uma versão adaptada da metodologia GMMP. A pesquisa, como mencionado anteriormente, tem sido realizada a cada cinco anos desde 1995 e é organizada pela Who Makes the News?¹¹. O projeto começou em 1994, na Conferência de Bangkok, e foi assumido pela Associação Mundial de Comunicação Cristã (World Association for Christian Communication – WACC) e pela MediaWatch.

11 Disponível em: <http://whomakesthenews.org/>

A cada cinco anos, refina-se a metodologia GMMP . O método está disponível gratuitamente no site do projeto em quatro idiomas, com orientação para selecionar as mídias a serem pesquisadas (jornais impressos, rádio, estações de TV, portais de internet e postagens em redes sociais do Twitter) e oferecem guias completos para detalhes sobre perguntas e questões a serem consideradas na codificação.

Voluntários(as) do projeto coletam amostras de notícias produzidas em suas regiões em um dia específico, de todos os meios de comunicação, e depois categorizam-nas com base em critérios individuais, atribuindo números às diversas respostas e examinando os textos (e elementos visuais, quando incluídos). Isso possibilita a coleta de uma imensa quantidade de dados e a geração de estatísticas que são então utilizadas para a construção de indicadores selecionados sobre desigualdade de gênero na mídia, como presença feminina, preconceito e estereótipos nas notícias, entre outras categorias.

A base do mapeamento está nas questões quantitativas e qualitativas sobre as notícias. São aproximadamente vinte perguntas sobre os textos (que variam de acordo com o tipo de suporte), divididas em blocos que buscam compreender:

1. A importância e o alcance das notícias;
2. Se as notícias têm relação com questões de gênero, com foco em referência à igualdade de gênero/direitos humanos/legislação política, se enfocam uma mulher ou um grupo de mulheres, se há questões claras de desigualdade entre homens e mulheres e se estereótipos de gênero são desafiados;
3. A respeito dos jornalistas que produzem as notícias;
4. Informações sobre as pessoas que aparecem nas notícias, perguntando sobre sexo; idade; ocupação/posição; o papel que desempenham nas notícias; se as relações familiares aparecem; se a pessoa é vítima, sobrevivente ou ambos; que tipo de vítima e/ou sobrevivente ela pode ser; se a pessoa é citada diretamente; se a fotografia da pessoa aparece.

Além dessas questões, que são codificadas e depois utilizadas para análises estatísticas, o mapeamento seleciona notícias que depois serão submetidas a uma análise aprofundada de cunho qualitativo.

Para esta pesquisa, elegemos como *corpus* as 61 notícias publicadas na seção especial *Covid na Periferia*, da *Agência Mural*, de abril a julho de 2020, sendo excluídas aquelas em duplicidade e links inativos. Isso nos deixou com um conjunto de 55 notícias, às quais aplicamos uma versão adaptada das perguntas do GMMP.

O primeiro conjunto de perguntas busca medir a relação dos sujeitos a partir de uma perspectiva de gênero, utilizando uma perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2015) com um formato de resposta binária (“sim” ou “não”):

1. O material se refere à igualdade de gênero?
2. É sobre uma mulher ou grupo de mulheres?
3. Ele destaca questões raciais?
4. Destaca questões de desigualdade?

A próxima pergunta no conjunto diz respeito ao sexo da(o) jornalista (“mulher”, “homem” ou “não dada”). As demais perguntas referem-se às pessoas mencionadas nas histórias e têm perguntas com respostas binárias e opções de múltipla escolha:

1. Qual é o sexo da pessoa mencionada (“mulher”, “homem”)?
2. Qual é a ocupação? (adaptamos a proposta do GMMP a ocupações mais adequadas ao universo analisado)
3. Qual é o papel da pessoa nas notícias? (também adaptada do GMMP)
4. A história inclui fotos da pessoa citada?
5. A orientação sexual da pessoa é identificada como não heterossexual?
6. A pessoa é descrita como parte de uma raça/etnia de minoria social?¹²

12 Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas no Brasil que se autodeclararam negras correspondem a 56% da população. No entanto, são categorizados como minorias sociais, sem acesso a cargos de poder e sujeitos a condições de vida mais precárias, quando comparados aos brancos.

Achados e discussão

A maioria das notícias analisadas (43 das 55 – 78%) destaca a desigualdade social, como “Auxílio emergencial: as famílias lutam com três meses de espera para sacar R\$ 600” (NASCIMENTO; VELOSO, 2020), que trata de pessoas desempregadas que tiveram que esperar meses para receber seus benefícios mensais de apoio financeiro do governo. As oito notícias que não abordam esse assunto fornecem informações sobre covid-19, jornalismo de serviços (como o *Guia de Entrega* nas periferias), uso de máscaras e outras formas de proteção, e iniciativas de grupos comunitários para ajudar as pessoas a se protegerem durante a pandemia.

É interessante que esse quadro difere do apresentado pelo jornalismo *mainstream* que, mesmo quando chama a atenção para a desigualdade, geralmente não a inclui como objeto de discussão, levando a uma cobertura geralmente estereotipada e focada em questões de violência das periferias. Os(as) moradores(as) raramente são ouvidos(as) e iniciativas positivas como educação, saúde e cultura raramente são apresentadas.

Essa estratégia tende a mudar quando se trata de fornecer informações sobre as pessoas entrevistadas, parecendo haver interesse em fornecer seus nomes, idades, profissões ou seu status – desempregado(a) ou autônomo(a) – e sua localização geográfica (se vivem ou não em bairros da periferia); quando os entrevistados são especialistas, como professores(as), pesquisadores(as) ou políticos(as), e que não residem nas periferias, não se mencionam sua idade ou onde vivem. No entanto, a estratégia de valorização dos moradores da periferia em notícias não se expressa na cobertura com imagens: apenas 22,5% (53 de 235) pessoas que aparecem nas notícias têm seus rostos revelados.

Por outro lado, apesar de reconhecer que as questões raciais são predominantes na periferia, poucas notícias (apenas cinco) realmente se referem ao tema. O único artigo que aborda explicitamente o tema, “Por que bairros com maior população negra em SP são os mais afetados pela covid-19” (VELOSO; SILVA; TALARICO, 2020), apresenta e discute dados estatísticos e não inclui a voz de pessoas negras em sua discussão. Isso também se reflete no enquadramento das pessoas que aparecem

nas notícias: a grande maioria (84% – 198 dos personagens) não está relacionada à raça/etnia ou tem sua raça/etnia divulgadas.

Apesar de distinguir-se em certa medida da cobertura dominante da pandemia, especialmente quando se fala a favor e para a periferia, a maioria absoluta das notícias, 98% (53), não faz qualquer referência à desigualdade de gênero que, como já indicamos, é uma questão importante a ser considerada. Apenas duas se referem ao tema: “Sem auxílio emergencial, artistas nas periferias defendem renda básica e relatam dificuldades na pandemia” (VELOSO, 2020b) e “Mulheres criam uma rede no Capão Redondo para dar apoio psicológico e doar alimentos” (ALEXANDRE, 2020). Esta última diz respeito ao mundo do trabalho assistencial, atribuído exclusivamente às mulheres.

Da mesma forma, apenas quatro notícias referem-se especificamente a mulheres ou a grupos de mulheres: “Curtas abordam solidão nas periferias de SP durante pandemia”(VILAS BOAS; NUNES, 2020); “Em meio à pandemia, grávidas e puérperas vivem dificuldades com atendimento nas periferias”(LOBATO, 2020); “Psicólogas das periferias indicam rotina em casa e novas tarefas para lidar com quarentena” (VELOSO, 2020a); e “Mulheres criam uma rede no Capão Redondo para dar apoio psicológico e doar alimentos” (ALEXANDRE, 2020). Note-se que os dois últimos se concentram na questão do cuidado, naturalizado como prerrogativa do gênero feminino. Dados adicionais indicam a falta de questões de gênero mais amplas das perspectivas LGBTQIAP+, com apenas um artigo mencionando brevemente assuntos relacionados.

Entre produtores(as) das notícias, 49 jornalistas e muralistas que escrevem as notícias são homens e apenas 28 são mulheres. Isso também indica a desigualdade de gênero em um aspecto importante¹³.

Também são de interesse dados adicionais que analisam as pessoas que aparecem nas notícias. Uma pequena maioria, ao contrário da cobertura jornalística em geral, é formada por mulheres. Ao todo, são 123 mulheres

13 Várias notícias foram escritas por mais de um(a) jornalista, de modo que o número de profissionais é maior do que o número de artigos que foram analisados.

e 112 homens, 52,3% e 47,7%, respectivamente. A função que as pessoas ocupam nas notícias nos ajuda a pensar sobre o lugar das mulheres e homens na cobertura jornalística em geral. Ao enquadrar as pessoas citadas como (1) Assunto, (2) Especialista, (3) Porta-voz, (4) Experiência Pessoal e (5) Brevemente Mencionado, descobrimos que, das 235 pessoas presentes em 55 histórias, 114 são sujeitos (1), ou seja, as histórias em alguma medida falam sobre suas vidas e ações; 41 são especialistas (2), com opinião especializada sobre o assunto; 19 são porta-vozes (3), representam um grupo; 26 falam sobre experiências pessoais (4); e 35 são brevemente mencionados(as) nas histórias (5).

Quando cotejamos estes dados juntamente com o gênero das pessoas, chegamos aos seguintes resultados:

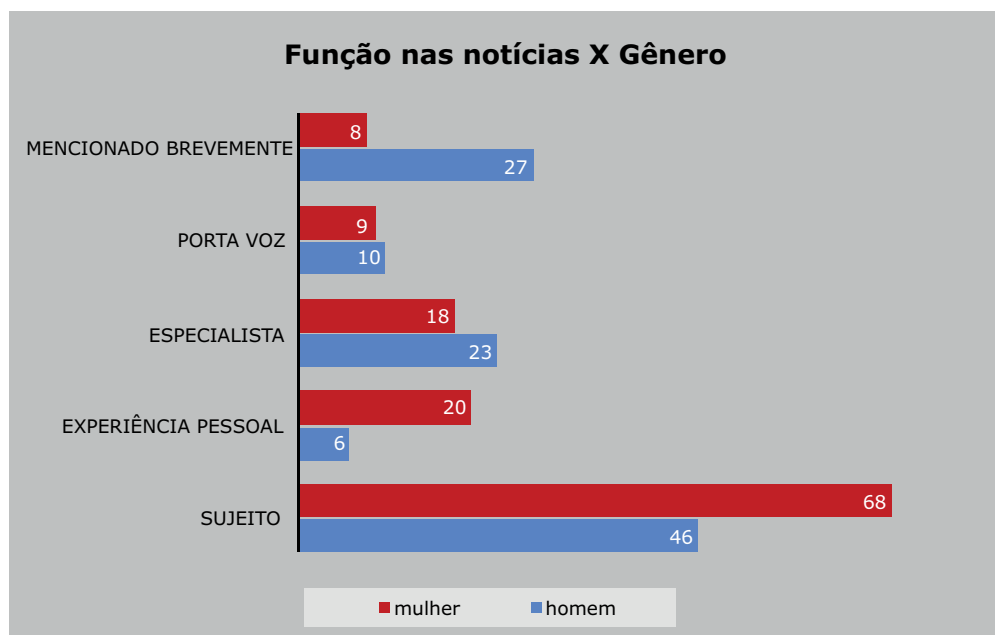


Figura 1: Função das notícias *versus* gênero

Fonte: Elaboração das autoras.

Olhando para a Figura 1, podemos ver que um número expressivo de mulheres (68), em comparação aos homens (46), são protagonistas, ou seja, as notícias também as tomam como temas do noticiário, um ponto interessante e diferente da cobertura jornalística tradicional. No entanto, na maioria dessas notícias,

as mulheres compartilham a cena com os homens e, muitas vezes, suas vozes não têm o mesmo destaque – como, por exemplo, o artigo “Ônibus vazio, taxímetro parado e poucos ambulantes marcam a nova rotina do Terminal Itaquera” (FRANCA, 2020), que apresenta a relação transporte/trabalho de cinco pessoas na pandemia: dois homens e três mulheres. A experiência das três mulheres é narrada em relação ao trabalho – que não parou na quarentena – e seu deslocamento para casa. De acordo com os parâmetros da metodologia GMMP, este artigo desafia estereótipos de gênero, primeiro relacionando mulheres especificamente ao trabalho, mas principalmente focando em uma mulher em particular, que é taxista e não parou de trabalhar durante a pandemia, pois é “mãe solteira e tira exclusivamente do táxi o sustento dos filhos” (FRANCA, 2020). Ao mesmo tempo, este artigo também enfatiza o trabalho assistencial, destacando o cuidado das crianças com deficiência e a rede de apoio para cuidar destas enquanto as mulheres trabalham, retratando o trabalho assistencial como uma responsabilidade exclusivamente materna. No final, embora o artigo contenha relatos de várias mulheres, as três fotos incluídas são de homens, com apenas uma incluindo uma das mulheres citadas.

Essa proporção muda para 23 homens e 18 mulheres quando observamos o número de especialistas, ou seja, pessoas que são consideradas autoridades em assuntos específicos. Enquanto o número de porta-vozes é equilibrado, com dez homens e nove mulheres, o grupo de pessoas que trazem experiências pessoais é amplamente composto por mulheres (20), o que é um indicativo da circunscrição de corpos femininos ao privado, ao lugar da experiência estritamente pessoal. Das pessoas brevemente mencionadas, que consiste, por exemplo, em figuras públicas citadas, mas não entrevistadas, a grande maioria (27) também é formada por homens.

Olhamos mais de perto¹⁴ o artigo “Mulheres criam uma rede no Capão Redondo para dar suporte psicológico e doar alimentos” (ALEXANDRE, 2020). Além de ser uma das duas notícias que levantam questões sobre igualdade de gênero, fala sobre

14 Seguindo a metodologia do GMMP, algumas matérias são selecionadas para uma análise qualitativa mais aprofundada.

um grupo de mulheres e destaca questões de raça e classe, apontando para a desigualdade social. O artigo foi escrito pela jornalista Gisele Alexandre, estudante de pós-graduação que se descreve no portal da *Agência* como alguém que “acredita na comunicação como instrumento de mudança social, por isso ela se voluntaria para dar aulas de comunicação a jovens da periferia”¹⁵. Também é importante que este artigo assuma uma perspectiva feminista e fale sobre a Escola Feminista Abya Yala (inspirada no feminismo da comunidade latino-americana). Os membros desta escola são as fontes deste artigo, que fala apenas sobre mulheres protagonistas e suas ações, experiências e conhecimentos específicos, incluindo as iniciativas da escola. O trecho abaixo mostra como o material está estruturado:

“É daí que olhamos para a realidade”, diz Helena, uma feminista afro-indígena das favelas, como ela gosta de se definir. “A escola é um espaço de estudo em que nós, as Mulheres Quebrada, estudamos e entendemos as discussões mais importantes sobre as engrenagens da opressão, como a colonização que ocorreu e as relações dessa colonização com o chauvinismo masculino e o racismo”, diz Helena, fundadora da escola. (ALEXANDRE, 2020)

O segundo artigo, “Sem auxílio emergencial, artistas nas periferias defendem renda básica e relatam dificuldades na pandemia” (VELOSO, 2020b), aborda a igualdade de gênero e questões raciais e aponta para a desigualdade social. Como afirma uma das pessoas entrevistadas, chamada Priscila, membro do grupo Carcaça de Poéticas Negras, um coletivo que pesquisa e encena performances para incentivar a arte negra na cidade: “A produção da indústria cultural exclui artistas periféricos, negros e ainda mais mulheres e LGBTQIAP+” (VELOSO, 2020b).

Ao contrário da história anterior, esta é escrita por um homem, Lucas Veloso, e o gênero dos personagens é igualmente representado: duas mulheres e dois homens. Apesar de dar mais destaque ao discurso de um dos entrevistados do sexo masculino, é o único artigo em nosso *corpus* que aborda o universo LGBTQIAP+, mesmo que através do discurso de uma das fontes.

15 Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/muralista/gisel/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Entre as notícias que falam sobre mulheres ou grupos de mulheres, “Curtas abordam solidão nas periferias de SP durante pandemia” (VILAS BOAS; NUNES, 2020) chamou a atenção. Foi escrito por duas mulheres e fala sobre dois curtas-metragens dirigidos por mulheres periféricas que trabalharam em casa durante o período de quarentena. Os filmes, que foram indicados a prêmios, falam sobre as dificuldades em manter a saúde mental durante a pandemia, especialmente para mulheres que vivem nas periferias. O artigo “Em meio à pandemia, grávidas e puérperas vivem dificuldades com atendimento nas periferias” (LOBATO, 2020) utiliza quatro mulheres como suas fontes. Essas mulheres narram suas experiências durante a pandemia, seu pré e pós-natal, e suas experiências como pacientes do sistema público de saúde. O artigo valoriza cada mulher e enfatiza suas experiências pessoais. Não menciona seu grupo étnico, mas há fotos que ilustram esse parâmetro. Os maridos dessas mulheres também aparecem em dois relatos. Vale ressaltar que as notícias, ao falarem sobre os grupos de mulheres, associam-nas às perspectivas tradicionais femininas, seja com foco na maternidade ou em aspectos relacionados ao trabalho assistencial.

Considerações finais

Ao analisar a cobertura da pandemia produzida pela *Agência Mural de Jornalismo da Periferia*, vimos que há uma clara preocupação em produzir conteúdo voltado exclusivamente para moradores da periferia. Mais significativamente, movendo esses moradores para o centro do palco, como protagonistas das notícias, buscando assim opor-se a estereótipos transmitidos pela grande mídia, que associa essas pessoas quase exclusivamente ao crime e à miséria.

Também diferente da grande mídia, a proporção de mulheres que aparecem nas notícias é bastante expressiva, refletindo a posição que essas mulheres assumem em suas casas e comunidades – e isso, por si só, aponta para uma transformação e uma resistência contra a invisibilidade das mulheres na cobertura jornalística.

No entanto, apenas a presença de mulheres nas notícias não constitui uma cobertura equilibrada. É preciso enfatizar sua presença em postos de comando,

buscando desnaturalizar atribuições de gênero recorrentes, como a associação das mulheres ao trabalho assistencial, e, principalmente, construir diretrizes que evoquem as especificidades desses grupos. Não pudemos detectar essa perspectiva no conjunto de dados apresentados. Também não aparece relação específica entre as mulheres e a pandemia.

O trabalho realizado por autores em obra organizada por Roseli Figaro (2018) acerca de veículos digitais alternativos apontou que as mulheres são a maioria em novos arranjos de trabalho jornalístico: 54,2% deles são geridos por mulheres, que se reúnem para formar uma organização e, muitas vezes, adotam uma perspectiva de gênero na cobertura jornalística e na criação de mídias especializadas, muitas com um viés claramente feminista. Essas iniciativas trazem novas perspectivas e abordagens às agendas jornalísticas, enriquecendo a cobertura do jornalismo alternativo.

No entanto, como vimos nos dados pesquisados, esse perfil não se reflete nas notícias da *Agência Mural*. Esse fato deve-se, em nossa opinião, à falta de mulheres em posições de decisão nesse arranjo específico, como as equipes de reportagem e de edição, por exemplo, que são majoritariamente masculinas.

Em resumo, parece-nos que a *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, um dos novos arranjos jornalísticos alternativos mais bem equipados e financeiramente sustentáveis, apesar dos inegáveis avanços em termos de construção de outras perspectivas e quadros para a população periférica, ainda precisa expandir seu olhar para incorporar uma perspectiva de gênero, essencial para a construção de um mundo mais justo – uma das missões manifestas da *Agência Mural*.

Neste sentido, é importante pensar que, mesmo construindo-se a partir de uma perspectiva crítica em relação ao jornalismo hegemônico, a proposta da *Agência* é atravessada por elementos da censura estrutural vigente no campo. Embora haja um olhar acurado para pensar o apagamento que se dá em relação ao sujeito periférico, este olhar ainda não consegue abranger os atravessamentos de gênero que estão contidos nos apagamentos. Ainda persiste um não olhar que perpetua – mesmo que não tão acentuadamente quanto nos veículos

hegemônicos – esta censura, que não se vê enquanto tal, e que atravessa as práticas cotidianas.

Referências

ALEXANDRE, G. Mulheres criam uma rede no Capão Redondo para dar apoio psicológico e doar alimentos. *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, São Paulo, 8 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3XaWSD8>. Acesso em: 11 out. 2022.

ALMEIDA, R. S. de. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 56, p. 151-172, 2013.

BATTHYÁNY, K. La pandemia evidencia y potencia la crisis de los cuidados. *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3EIebEH>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMARGO, C. A.; NONATO, C.; PACHI FILHO, F. F. Trajetória de sentidos no discurso de jornalistas da periferia de São Paulo. In: PEREIRA, F. H.; ROCHA, P. M.; GROHMANN, R.; LIMA, S. P. (org.). *Novos olhares sobre o trabalho no jornalismo brasileiro*. Florianópolis: Insular, 2020. p. 151-164.

COFFEY, C.; REVOLLO, P. E.; HARVEY, R.; LAWSON, M.; BUTT, A. P.; PIAGET, K.; SAROSI, D.; THEKKUDAN, J. *Time to care: unpaid and underpaid care work and the global inequality crisis*. Oxford: Oxfam International, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Guc1tp>. Acesso em: 11 nov. 2022.

COHEN, N. S. Entrepreneurial journalism and the precarious state of media work. *South Atlantic Quarterly*, Durham, v. 114, n. 3, p. 513-533, 2015. DOI: 10.1215/00382876-3130723.

CRENSHAW, K. W. *On intersectionality: essential writings*. Nova Iorque: New Press, 2015.

D'ANDREA, T. P. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DEUZE, M.; WITSCHGE, T. Além do jornalismo. *Leituras do Jornalismo*, Bauru, v. 2, n. 4, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3GoQvGm>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FIGARO, R. (org.). *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídias*. São Paulo: ECA-USP, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3EGjZ1b>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FIGARO, R.; NONATO, C. Novos “arranjos econômicos” alternativos para a produção jornalística. *Contemporânea*, Salvador, v. 15, n. 1, 2017.

FIGARO, R.; NONATO, C.; GROHMANN, R. (org.). *As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas*. São Paulo: Atlas, 2013.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2019.

FRANCA, C. Ônibus vazio, taxímetro parado e poucos ambulantes marcam nova rotina do Terminal Itaquera. *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, São Paulo, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Guz5Iu>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FRÚGOLI JR., H. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 133-165, 2005. DOI: 10.1590/S0034-77012005000100004.

GROHMANN, R.; ROXO, M.; MARQUES, A. F. Lugares de enunciação e disputas de sentido em relação ao trabalho jornalístico em arranjos alternativos às corporações de mídia. *Brazilian Journalism Research*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 200-221. DOI: 10.25200/BJR.v15n1.2019.1079

HARDOON, D. *An economy for the 99%: it's time to build a human economy that benefits everyone, not just the privileged few*. Nairóbi: OXFAM International, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3g9t8Go>. Acesso em: 11 nov. 2022.

KASSOVA, L. *The missing perspectives of women in COVID-19 news: a special report on women's under-representation in news media*. Washington, DC: International Women's Media Foundation, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3V0NkbW>. Acesso em: 11 nov. 2022.

LAGO, C. Pierre Bourdieu e algumas lições para o campo da comunicação. *Intexto*, Porto Alegre, n. 34, p. 728-744, 2015.

LAGO, C.; NONATO, C.; CANJANI, E.; BERGO, I. A pandemia não tem rosto de mulher. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación (ALAIIC)*, [s. l.], v. 19, n. 35, 2020.

LOBATO, D. Em meio à pandemia, grávidas e puérperas vivem dificuldades com atendimento nas periferias. *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, São Paulo, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hH6K7o>. Acesso em: 11 out. 2022.

MATTHEWS, J.; ONYEMAOBI, K. Precarious professionalism: journalism and the fragility of professional practice in the global south. *Journalism Studies*, Abingdon, v. 21, n. 13, p. 1836-1851, 2020. DOI: 10.1080/1461670X.2020.1797524

MICK, J. Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: um mapeamento de novas funções e atividades. *Pauta Geral*, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 15-37, 2015.

NASCIMENTO, B.; VELOSO, L. Auxílio emergencial: famílias vivem dificuldades com espera de até três meses para sacar R\$ 600. *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, São Paulo, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3XdWIAA>. Acesso em: 10 out. 2022.

NASCIMENTO, E. P. do. A periferia de São Paulo: revendo discursos, atualizando o debate. *RUA*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 112-127, 2010.

NONATO, C.; PACHI FILHO, F. F.; FIGARO, R. Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia. *Líbero*, São Paulo, ano 21, n. 41, 2018.

PEREIRA, M. F. V. A pobreza urbana no Brasil: considerações a partir das análises geográficas. In: SEMANA DO SERVIDOR, 4.; SEMANA ACADÊMICA, 5., 2008, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: UFU, 2008.

RISSO, C. de A.; RAMOS, D. O. Corpo feminino, resistência e censura algorítmica: o caso de Tetas X Tetas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA

COMUNICAÇÃO, 44., [s. l.], 2021. São Paulo: Intercom, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3gdCTTJ>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SANTOS, B. de S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, C. P. P. dos. *Traços de hegemonia no alternativo: o caso da Agência Mural*. 2020. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro Universitário Faculdades Integradas “Alcântara Machado” e Faculdade de Artes “Alcântara Machado”, São Paulo, 2020.

SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1990.

SCABIN, N. L. C.; LEITE, A. L. (org.). *Comunicação, mídias e liberdade de expressão no século XXI: modos censórios, resistências e debates emergentes*. São Paulo: Intercom: Gênio Editorial, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3TI6bYl>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SILVA, M. V. da; MAROCCO, B. The feminine in the “reporter book”: an epistemological view on gender and journalistic practices. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 30-53, 2018. DOI: 10.25200/BJR.v14n1.2018.1029

UNDESA. *World social report 2020: inequality in a rapidly changing world*. Nova Iorque: United Nations, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3EIH02i>. Acesso em: 11 nov. 2022.

VELOSO, L. Psicólogas das periferias indicam rotina em casa e novas tarefas para lidar com quarentena. *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, São Paulo, 1 abr. 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3V3TXdJ>. Acesso em: 11 out. 2022.

VELOSO, L. Sem auxílio emergencial, artistas nas periferias defendem renda básica e relatam dificuldades na pandemia. *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, São Paulo, 17 jun. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3TMrwje>. Acesso em: 11 out. 2022

VELOSO, L.; SILVA, E.; TALARICO, P. Por que bairros com maior população negra em SP são mais afetados pela covid-19. *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, São Paulo, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3UPFL0Y>. Acesso em: 10 out. 2022.

VILAS BOAS, P.; NUNES, L. Curtas abordam solidão nas periferias de SP durante pandemia. *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, São Paulo, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hSVdSt>. Acesso em: 11 out. 2022.

submetido em: 12 set. 2022 | aprovado em: 07 out. 2022